

MAIS PELO NOVO PARÁ
PROGRAMA DE GOVERNO SIMÃO JATENE 2003/2006
Versão reduzida

“Hoje o Pará tem um projeto. Sabemos de onde partimos, onde estamos e aonde queremos chegar. Temos um ponto de partida e sabemos o caminho que temos a percorrer”.

Simão Jatene

PARÁ: UM ESTADO EM TRANSFORMAÇÃO

O Governo de Simão Jatene dará continuidade às grandes transformações iniciadas no Pará pelo Governo Almir Gabriel, dando prioridade tornando às políticas públicas ao fortalecimento das regiões e dos municípios, reconhecendo que é em cada cidade, em cada vila que as pessoas se defrontam com os problemas reais.

São *objetivos fundamentais* do seu Programa de Governo **expandir as oportunidades de trabalho e de geração de renda e ampliar a oferta de serviços públicos de qualidade** para a população.

Esses são os grandes desafios na luta contra a pobreza e a exclusão social, contra o desemprego e contra a violência, compromissos cujos resultados concretos não podem ser alcançados sem competência técnica, política e administrativa, atributos que Simão Jatene reuniu ao longo de toda sua trajetória como professor, pesquisador e servidor público. Compromissos que não poderiam ser verdadeiramente assumidos sem os largos passos dados, até aqui, na construção de um Novo Pará.

OS NOVOS DESAFIOS

São inegáveis os resultados alcançados no esforço de reduzir as desigualdades sociais e regionais no Pará. Enormes, porém, são ainda os desafios que temos a enfrentar para atingir plenamente esse objetivo.

O caminho que o Governo de Simão Jatene irá trilhar é o da busca do desenvolvimento do Estado a partir da valorização e mobilização das iniciativas locais e da diversidade de recursos existentes nos próprios municípios.

Essa proposta tem por base uma estreita cooperação entre governo e sociedade e o fortalecimento das instituições locais, sobretudo, dos governos municipais, que deverão atuar, cada vez mais, em parceria com as organizações privadas, partícipes insubstituíveis em todas as iniciativas bem sucedidas de desenvolvimento sustentado.

O grande futuro reservado ao Pará está apenas começando!

ESTRATÉGIA DE AÇÃO

O Governo de Simão Jatene promoverá o crescimento econômico, de acordo com o princípio de *desenvolver sem devastar*, valorizando as potencialidades locais e

viabilizando o uso de tecnologias que ampliem as perspectivas de renda e as oportunidades de trabalho, para melhorar a qualidade de vida da população e a segurança de todos os cidadãos, na busca da paz social.

A *estratégia central* do Programa de Governo de Simão Jatene assume, assim, duas vertentes:

- ☞ promover a **municipalização do desenvolvimento**, com vistas a **expandir as oportunidades de trabalho e renda e aumentar a eficiência da rede de proteção social**;
- ☞ contribuir para a **construção da paz social**, através do fortalecimento de valores éticos e de instituições agregadoras, envolvendo todos os segmentos da sociedade na criação de mecanismos que propiciem a melhoria das relações entre os homens e destes com o ambiente social ou natural.

A condição para implementar essa estratégia é buscar maior interação e convergência das políticas de produção, infra-estrutura, proteção social, promoção social e defesa social, tendo em vista:

- ☞ incentivar o crescimento da produção, do emprego e das oportunidades de trabalho, através da expansão das cadeias produtivas e do apoio aos sistemas produtivos locais, como mecanismos de agregação de valor aos recursos disponíveis e de geração de renda;
- ☞ aumentar a cobertura e a eficiência da rede de proteção social e estimular todas políticas e mecanismos voltados para o combate à exclusão social;
- ☞ expandir, de forma adequada, as infra-estruturas (energia, transporte, saneamento e habitação), de modo não apenas a permitir expansão e diversificação da produção, mas a melhoria da qualidade de vida no campo e na cidade;
- ☞ aperfeiçoar os mecanismos de gestão do Estado, em estreita cooperação com o poder público municipal e federal e com os mais diversos organismos da sociedade civil, tendo como foco a descentralização e a transparência no uso recursos públicos e o compartilhamento das responsabilidades sociais.
- ☞ construir uma duradoura paz social, priorizando a mediação dos conflitos e a negociação das soluções, a distribuição da justiça, a defesa da vida, em todas as suas formas de manifestação, a ampliação do acesso aos direitos civis, o reconhecimento da etnodiversidade e a proteção aos excluídos.

COMPROMISSOS DE GOVERNO

As ações do Governo de Simão Jatene seguirão dois grandes eixos: o primeiro é o do incentivo à produção, criando novas oportunidades de trabalho e de geração de renda; o segundo, o da proteção e promoção social, que dará prioridade aos investimentos na saúde, na educação, na segurança do cidadão e na valorização da cultura paraense.

O **apoio ao desenvolvimento local** e o estímulo à **participação de todos os segmentos da sociedade**, definirão as formas de ação, pública e privada, que darão prosseguimento às transformações da realidade econômica e social deste grandioso Estado.

São compromissos do Governo de Simão Jatene:

1. Mais produção, mais empregos

*Não há outro caminho para a construção da cidadania de um povo senão através da produção e da distribuição da riqueza que produz. A produção é a chave para enfrentar o desafio de **gerar emprego e renda** e **garantir a cidadania**, levando adiante o verdadeiro projeto de desenvolvimento do Pará.*

- ? Consolidar ações que promovam a superação do modelo extrativista, reestruturando a base econômica, através da formação e do fortalecimento de cadeias produtivas que agregam valor às matérias-primas regionais, gerando renda e novas oportunidades de trabalho, tais como as de grãos (milho, arroz, feijão, soja), mandioca, frutas regionais, culturas industriais (fibras, óleos vegetais, dendê, cacau, guaraná, pupunha, castanha-do-pará, etc.), floricultura, olericultura e plantas medicinais, pecuária (pequenos, médios e grandes animais), florestal-madeireira, pesca e aqüicultura, mineração e turismo, de acordo com as vocações locais.
- ? Atrair novos investimentos, através do aperfeiçoamento da Lei Estadual de Incentivos Fiscais, respeitadas os critérios ambientais.
- ? Financiar, em associação com linhas convencionais de crédito (consórcio de crédito), projetos demonstrativos para o fortalecimento das cadeias e arranjos produtivos locais.
- ? Instituir o Fundo de Recuperação do Emprego, destinado a empresas que adotem mecanismos de gestão compartilhada com seus trabalhadores, em projetos estratégicos para a consolidação das cadeias produtivas.
- ? Implantar o Banco do Produtor para apoio a projetos de base tecnológica e infra-estruturais para novos produtos e experiências empresariais inovadoras.
- ? Facilitar a habilitação dos produtores ao crédito e ao seguro agrícola, através da implantação da Lei Estadual de Zoneamento Econômico-Ecológico, com prioridade para as áreas de fronteira aberta.
- ? Regularizar as ocupações produtivas nas áreas relativas ao antigo decreto federal 1.164 (áreas marginais às rodovias federais), através da elaboração e implementação de Planos de Desenvolvimento Integrado.
- ? Promover o desenvolvimento de soluções tecnológicas que contribuam para a superação de gargalos tecnológicos das cadeias produtivas.
- ? Apoiar o fortalecimento da competitividade dos produtos paraenses, através da implantação do Programa Paraense de Tecnologias Industriais Básicas, que visa difundir a padronização, a certificação de qualidade e a formação de especialistas em *design*.
- ? Reestruturar o Setor Público Agrícola, redefinindo o papel de coordenação da SAGRI, fortalecendo a assistência técnica e a intermediação dos produtos e modernizando o gerenciamento da estrutura fundiária e o processo de regularização de terras.

2. Inclusão social e combate à pobreza

*A luta por uma sociedade mais justa é, antes de mais nada, compromisso com resultados efetivos de políticas públicas que promovam **mudanças concretas e sustentáveis** na vida das pessoas.*

- ? Dar continuidade ao programa Comunidade Ativa, em articulação com as prefeituras, promovendo a participação das comunidades na identificação de seus problemas e potencialidades, e criando ambientes favoráveis para o surgimento de novos negócios e geração de oportunidades de trabalho.
- ? Implantar o Banco do Cidadão, destinado a micro-empresendimentos urbanos e à agricultura familiar.
- ? Aprimorar os sistemas de informação e intermediação sobre o mercado de trabalho, melhorar a integração entre o pagamento do seguro-desemprego e as ações de qualificação e realocação de mão-de-obra.
- ? Ampliar os programas de capacitação profissional, com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), avaliando sua efetividade e resultados.
- ? Implantar a Rede Paraense do Terceiro Setor, objetivando estabelecer parceiras com organizações não governamentais, empresas privadas e demais agentes econômicos que desenvolvem ações de responsabilidade social.
- ? Intensificar o apoio aos programas federais de transferência de renda para famílias em condições vulneráveis (bolsa-escola, bolsa-alimentação, agente jovem, auxílio-gás, programa de erradicação do trabalho Infantil, auxílio ao idoso e aos portadores de necessidades especiais em situação de pobreza, etc).
- ? Interiorizar os Centros Integrados de Atenção ao Adolescente Autor de Ato Infracional, implementando o Sistema de Garantia de Direitos, que inclui medidas sócio-educativas de liberdade assistida; de prestação de serviços à comunidade; semi-liberdade e internação, estabelecendo, para isso, parceria com os governos municipais e com os sistemas de Defensoria Pública, Judiciário e Conselhos de Direitos Tutelares, além do envolvimento da Polícia Civil e Militar do Estado.
- ? Incentivar e/ou implantar no interior do Estado o *Programa Escola da Família*, destinado a apoiar as famílias na reintegração do adolescente infrator ou em situação de risco.
- ? Ampliar a rede de proteção às crianças e adolescentes em situação de risco social, através das seguintes ações:
 - programa Papo-Cabeça, envolvendo a prática de esportes, arte-educação, apoio psico-social e reforço alimentar e escolar;
 - apoio aos municípios para implantação do Programa de Prevenção da Gravidez Precoce e do Abuso Sexual, nas escolas e clube de jovens, e da Rede Estadual de Prevenção e Tratamento da Dependência Química;
 - apoio às ações desenvolvidas pelos municípios através do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil;
 - apoiar os *Conselhos Tutelares e de Direitos da Criança e do Adolescente*;
 - fortalecer o programa Direito de Ter Família, com o objetivo de integrar ou reintegrar ao grupo familiar, crianças e adolescentes “de rua e na rua” ou abrigados pela FUNCAP.

- ? Garantir o atendimento preferencial à Terceira Idade nos programas de proteção social e, através das Casas Lares, o atendimento humanizado à pessoa idosa em situação de abandono.
- ? Incentivar a formação de profissionais especializados na área da Gerontologia e Geriatria.
- ? Apoiar as ações institucionais públicas e privadas, voltadas para o atendimento de pessoas portadoras de necessidades especiais, buscando estabelecer parcerias que integrem as ações das diversas políticas sociais.
- ? Ampliar a cobertura do programa Maria-Maria, objetivando facilitar o acesso às mulheres grávidas e crianças desnutridas aos serviços de saúde, assistência social, educação e geração de renda.
- ? Intensificar o combate à violência contra a mulher, capacitando policiais civis e militares para o atendimento especial às mulheres vitimizadas.

3. Infra-estrutura para o desenvolvimento

Ampliar e consolidar a infra-estrutura implantada, especialmente nas áreas de transporte, energia, saneamento e habitação, visando expandir a base produtiva e melhorar a qualidade de vida.

- ? Ampliar em 50% o número de domicílios com acesso à rede de abastecimento d'água potável e em 120% o número de domicílios com acesso à rede de esgotos e assegurar os direitos ao consumidor, qualidade no fornecimento e tratamento tarifário diferenciado aos consumidores de baixa renda.
- ? Implantar o Pará-Urbe (Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal e Melhoria da Infra-estrutura Regional), através de investimentos infra-estruturais para melhorar a qualidade de vida nas cidades e do apoio à capacitação das prefeituras municipais para a gestão urbana.
- ? Reduzir em 40% o déficit habitacional das famílias com renda mensal de até 3 salários mínimos, flexibilizando as soluções de moradia pela oferta de diversas opções: ampliação do número de cômodos, melhoria no padrão da atual moradia, construção de nova unidade no mesmo ou em novo lote.
- ? Implantar o **Cheque Moradia**, instrumento simples, sem burocracia, que consiste na concessão de um **auxílio financeiro direto à família**, destinado à compra de material de construção, através de crédito do ICMS.
- ? Executar a pavimentação e restauração da malha rodoviária estadual, dando prioridade às seguintes rodovias:
 - No sul do Pará: a **PA-279** (entre S. Félix, Tucumã, e Ourilândia/Água Azul e Xinguara); a **PA-252** (entre Mãe do Rio e a PA-475); a **PA-256** (entre Paragominas e o rio Capim);
 - No Baixo Tocantins: a **PA-151** (entre Baião e a PA 252, com 176 km) e a **PA-156**, entre Tucuruí e Cametá
 - Na Margem esquerda do Amazonas: a **PA-254** (entre Faro e entroncamento com a PA-441, e a partir de Onças / Cipoal / S.João / Miúdo/ Jutuarana e Cupim, com 348km);
 - No Nordeste do Pará: a **PA-127** (entre Maracanã e S. Domingos do Capim, com 116 km); a PA 136 (69 km) entre Castanhal/Terra Alta/Curuçá/Abade;

a **PA-318** (entre PA 136/Marapanim/Marudá/Crispim, 48 km); a **PA-140** (BR 316, Sto. Antônio do Tauá e S. Caetano de Odivelas, 65km); a **PA-412** (entre PA 140 e Vigia, com 6km); a **PA-324** (entre Br 316 e o entroncamento da PA-124, com 61 km); a **PA-124** (entre Santa Luzia e Salinópolis, com 30km) e a **PA- 444** (entre PA 124 e Atalaia, com 8 km).

- ? Articular a bancada federal no sentido de assegurar recursos no Orçamento da União para a conclusão da **BR-163**, da **BR 230** e das eclusas e implantação da **Hidrovia Araguaia-Tocantins**; pavimentação da **BR 308** (entre Bragança e Vizeu) e **BR-422** (entre Tucuruí e Novo Repartimento).
- ? Iniciar a implantação do Plano Diretor de Transporte Metropolitano (PDTU), que possibilitará a racionalização do sistema de transporte nos principais corredores da Região Metropolitana de Belém.
- ? Incentivar o sistema intermodal, aproveitando as vantagens locais de diferentes modalidades, priorizando o sistema hidroviário.
- ? Restaurar e modernizar o terminal de transporte hidroviário inter-municipal de passageiros de Belém e regulamentar o transporte fluvial inter-municipal de passageiros.
- ? Promover a expansão da oferta de energia para a população rural, ampliando de 35% para 50% o número de domicílios rurais com energia elétrica.
- ? Viabilizar, através da Rede Celpa, a integração elétrica da margem esquerda do Amazonas ao sistema interligado da usina de Tucuruí .

4. CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E MEIO AMBIENTE

Possibilitar que o conhecimento científico e tecnológico se transforme em inovações que gerem resultados efetivos para o desenvolvimento sustentado e implementar uma política ambiental que contenha o avanço sobre novas áreas de florestas nativas.

- ? Promover e apoiar programas de formação especializada de recursos humanos, de modo a ampliar o contingente de pessoal qualificado para criar a massa crítica necessária ao desenvolvimento do Estado, bem como outras ações de fomento e estímulo às atividades científicas e tecnológicas.
- ? Promover e apoiar, em consórcio com outras fontes de recursos, projetos de expansão e modernização e recuperação da infra-estrutura de pesquisa e desenvolvimento de tecnologias destinadas a aumentar o valor agregado dos produtos regionais e a melhorar a qualidade de vida no campo e na cidade.
- ? Incentivar a geração e difusão de tecnologias apropriadas, através do FUNTEC, consorciado aos Fundos Setoriais de Ciência, Tecnologia e Inovação e a outras fontes de recursos públicos e privados para apoio ao setor, dando prioridade, dentre outras, às seguintes áreas temáticas:
 - infra-estrutura de transporte, energia renovável, saneamento, abastecimento, comunicação e saúde;
 - aproveitamento econômico da biodiversidade (alimentos, fármacos, cosméticos);
 - superação de pontos de estrangulamento das cadeias produtivas estratégicas para o desenvolvimento sustentado (processamento da madeira e móveis,

- frutas, flores, pesca, aquicultura, pecuária de pequeno, médio e grande portes, óleos e gorduras vegetais, cerâmica, jóias e artesanato mineral, etc.);
 - biotecnologia com resultados voltados para a melhoria da saúde da população;
 - materiais e soluções alternativas para a construção civil.
 - prevenção e controle de desastres naturais e recuperação do meio ambiente.
- ? Intensificar o processo de descentralização da gestão ambiental, que vem sendo desenvolvido com recursos do Programa de Proteção das Florestas Tropicais, dando prioridade para as regiões Nordeste Paraense e Sudeste do Pará.
 - ? Fortalecer a gestão de áreas protegidas, através da implementação do gerenciamento das 7 Unidades de Conservação, legalmente constituídas, envolvendo 19 municípios paraenses.
 - ? Implementar o Programa de Proteção do Parque Ambiental de Belém, visando garantir a proteção dos mananciais de abastecimento de água de Belém e Ananindeua.
 - ? Efetivar a execução do Zoneamento Econômico-Ecológico em 36 municípios que integram os principais eixos de desenvolvimento do Estado e que compõem o chamado “arco de desmatamento” do Estado do Pará.
 - ? Expandir e intensificar as ações de controle e prevenção da devastação dos recursos florestais, através da intensificação das atividades de monitoramento e coibição do desmatamento e das queimadas no Estado, com prioridade para os municípios das bacias hidrográficas dos rios Xingu e Tocantins.
 - ? Implementar o gerenciamento do Manejo Florestal Comunitário de em 6 municípios da bacia do rio Xingu.
 - ? Implementar a gestão dos recursos hídricos, dando prioridade à proteção e recuperação de florestas de recargas hídricas no Sul e Sudeste do Pará, envolvendo 20 municípios.
 - ? Promover o ordenamento ambiental dos recursos pesqueiros na zona costeira paraense e nas bacias dos rios Tocantins e Trombetas.
 - ? Promover a implantação de programas de gestão de resíduos sólidos urbanos e industriais na Região Metropolitana de Belém, Marabá, Santarém, Salinópolis, Bragança, Castanhal.

5. EXPANSÃO E HUMANIZAÇÃO DAS AÇÕES DE SAÚDE

Assegurar saúde pública de qualidade e o atendimento humanizado para responder às necessidades das populações locais. Para isso serão desconcentrados os serviços de saúde de alta e média complexidade e a atenção básica à saúde será fortalecida através de programas de capacitação institucional das prefeituras, especialmente na supervisão e acompanhamento de resultados.

- ? Concluir e implantar, em Ananindeua, o Pronto Socorro Metropolitano, com capacidade para 215 leitos, e implantar hospitais regionais em Marabá, Santarém, Altamira, Breves e Redenção, inclusive para atendimento de alta complexidade.
- ? Ampliar o Programa de Residência Médica dos Hospitais de Referência, em Belém, para formação de especialistas, inclusive para os hospitais regionais.

- ? Adotar uma política de cargos e salários que incentive a interiorização e a formação especializada na área da saúde.
- ? Apoiar a implantação do programa de Saúde da Família e de serviços de atenção à saúde da mulher, em todos os municípios, visando a redução das taxas de mortalidade materna e infantil.
- ? Apoiar e supervisionar as ações básicas de saúde desenvolvidas pelos municípios (pré-natal, vacinação, controle de tuberculose, hanseníase e diabetes, prevenção do câncer, combate à desnutrição, etc), de forma a melhorar o desempenho dos indicadores de saúde.
- ? Apoiar a ampliação do Programa de Agentes Comunitários (PAC) e Programa de Saúde da Família (PSF) e estabelecer cooperação para a capacitação de agentes locais (parteiras, agentes comunitários, etc.).
- ? Intensificar a vigilância epidemiológica e o controle de doenças endêmicas, inclusive através do apoio aos municípios na execução de programas de capacitação de recursos humanos, campanhas de vacinação e de esclarecimento à população.

5. OPORTUNIDADES EDUCACIONAIS PARA TODOS

Ampliar o acesso ao ensino médio, elevar a qualidade da educação em todos os níveis e fortalecer a integração entre a formação profissionalizante e o ensino superior com o mercado de trabalho, na perspectiva do desenvolvimento local.

- ? Apoiar os municípios no esforço de universalização do Ensino Fundamental, assegurando a manutenção do FUNDEF, dos recursos da Bolsa-Escola e do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI).
- ? Universalizar o acesso ao Ensino Médio e adotar medidas para redução dos índices de evasão e repetência escolar.
- ? Apoiar programas municipais de **transporte escolar, inclusive hidroviário**, em áreas de difícil acesso.
- ? Incentivar o fortalecimento dos conselhos escolares e outras medidas que favoreçam a aproximação família/escola.
- ? Disseminar a pedagogia da alternância apropriada à educação nas áreas rurais, assegurando a manutenção das **Casas Familiares Rurais** na Região da Transamazônica.
- ? Assegurar a execução do Projeto “Bibliotecas e Integração das Telemáticas de Ensino” (BITE), através da implantação de bibliotecas informatizadas em pólos regionais, interligadas em rede à todas as escolas de nível médio.
- ? Implantar o Instituto Lauro Sodré de Ciência e Tecnologia, como novo padrão de referência para o uso de recursos tecnológicos na ação pedagógica.
- ? Concluir e implantar 18 Escolas Regionais de Trabalho e Produção, formando e reciclando profissionais com ensino técnico adequado ao perfil produtivo das economias regionais.
- ? Concluir o programa capacitação e habilitação de todos os professores leigos, assegurando que todos os professores tenham nível superior.

- ? Apoiar o fortalecimento das instituições universitárias e estimular interiorização do ensino superior.

6. VALORIZAÇÃO DA CULTURA PARAENSE E APOIO AO ESPORTE E AO LAZER

Promover, através da cultura, dos esportes e do lazer, o fortalecimento da auto-estima do povo paraense, o aproveitamento da diversidade de recursos turísticos e a inclusão social.

- ? Manter, através da lei Semear, a política de incentivo à cultura, nas áreas das artes plásticas, da fotografia, da música, da dança, da dramaturgia, da literatura, do cinema e demais mídias contemporâneas.
- ? Consolidar e expandir os programas de difusão e integração cultural, dentre os quais: o Fórum Pan-Amazônico de Cultura e Meio Ambiente; a Feira do Livro; a edição de CDs (selos Uirapuru, Pará Instrumental, O Pará e a Música e Obras Raras e Héritas), e de livros e revistas, com ênfase em autores paraenses; os eventos juninos (Paixão do Boi e Festa da Gente); a premiação periódica às expressões artísticas (Waldemar Henrique, de música popular e Bidu Sayão, de canto lírico), etc.
- ? Consolidar a institucionalização da Orquestra do Teatro da Paz e criar seu Corpo de Baile e Coral, estimulando produções e montagens regulares de espetáculos.
- ? Realizar, em parceria com as prefeituras municipais, circuitos por cidades do interior nas áreas de teatro e artes plásticas (projeto Veredas Paraenses e outros), a partir das pautas regulares dos teatros, museus e galerias sob a responsabilidade do Governo do Estado.
- ? Implantar um Centro-Eventos, em parceria com a CDP e demais entidades afins, expandindo o conjunto cultural e turístico Estação das Docas, dotando-o, inclusive, do Museu da Cultura Popular.
- ? Projetar e viabilizar a implantação do Parque Ecoturístico do Guamá, dotando-o de um centro de convenções, parque temático, área de exposição, aquários, hotéis, restaurantes e outros equipamentos e serviços de apoio ao turismo.
- ? Capacitar recursos humanos específicos na área do restauro de artefatos ligados ao patrimônio cultural histórico e artístico, que possibilitem criar e implantar, na Região Metropolitana de Belém, o Centro de Preservação e Restauro.
- ? Instalar nas mesorregiões os Centros Populares de Cultura (CPCs), para a realização de atividades artísticas e circuitos culturais, e reativar o projeto “Arrastão Cultural” e seus sub-projetos (“Encontro de Afluentes”, “Preamar”, “Pororoca” e “O Pará Visita o Pará”), com ênfase nas formas de expressão e costumes tradicionais da cultura paraense.
- ? Apoiar e fomentar a criação de Bandas Municipais em todas as regiões do Estado.
- ? Instituir o Prêmio Dalcídio Jurandir, com a promoção de concursos anuais, com o objetivo de revelar novos talentos na área da literatura regional.

- ? Garantir, através do esforço de negociação, a realização no Pará de competições esportivas de prestígio nacional e internacional, dentre os quais o Pré-Panamericano de Box (classificatória para o Campeonato Panamericano de Box em 2003, em São Domingos); o II Campeonato Panamericano Infanto-juvenil de Saltos Ornamentais, o XV Campeonato Mundial Infanto-juvenil de Saltos Ornamentais Junior; o XIX Gran Prix de Atletismo e os Jogos da Juventude.
- ? Construir o Ginásio Poliesportivo, com capacidade para 10 mil pessoas, destinado à prática de esportes olímpicos e adaptado, também, para a realização de grandes eventos.
- ? Construir um parque aquático adequado ao atendimento dos atletas para-desportivos, como espaço associado ao Hospital Sarah Kubistshek.
- ? Ampliar os projetos “Navegar” e “Fábrica de Ídolos”, como formas de inclusão social e de geração de renda para os jovens com potencial competitivo.
- ? Incrementar a prática de esportes entre as comunidades indígenas e quilombolas.
- ? Criar novas oportunidades de esporte e lazer para as pessoas da Terceira Idade.
- ? Ampliar os recursos do projeto Esporte Solidário/Papo Cabeça, de forma a atingir os municípios com maior índice de delinqüência infantil e incrementar parcerias com o Governo Federal e com os municípios para otimizar os recursos já alocados para práticas desportivas.
- ? Estimular a prática do esporte náutico e de esportes radicais e de aventura como meio de atração turística para o Estado, estimulando a participação de jovens, também como forma de afastá-los do mundo das drogas.
- ? Estimular competições nas escolas públicas, com premiação em alimentos e outros produtos de necessidades básicas, como estímulo para reduzir o abandono escolar e aumentar o interesse dos jovens pela prática de esportes.
- ? Instituir um programa de incentivo à formação e aperfeiçoamento de profissionais de Educação Física e técnicos esportivos, prioritariamente aqueles vinculados ao projeto “Fábrica de Ídolos”.

7. SEGURANÇA PARA TODOS OS CIDADÃOS

Reforçar a estratégia de integração das ações na área de Defesa Social, visando combater a violência e a falta de segurança, sobretudo nos maiores centros urbanos e no campo, com ênfase na capacitação de pessoal para o melhor cumprimento de suas missões, sobretudo aquelas de natureza preventiva.

- ? Instalar postos integrados de Polícia Comunitária nas periferias urbanas da RMB, Santarém, Marabá e Castanhal e implantar o policiamento comunitário em localidades com menos de 6.500 habitantes, intensificando a ronda rural em aglomerados rurais interligados por vicinais.
- ? Estimular a implantação de novos Conselhos Interativos de Segurança e Justiça, ampliando o seu número de 18 para 68 municípios

- ? Aumentar a rede de proteção policial e comunitária nas escolas, com a criação de pelotões de policiamento escolar nos municípios, e capacitação de servidores civis para a segurança escolar.
- ? Fortalecer as Ouvidorias e as Corregedorias das polícias civil e militar e estabelecer novos mecanismos permanentes de interlocução social na busca de soluções legais simplificadas e desburocratizadas.
- ? Incentivar a criação de Corpos de Bombeiros municipais ou de grupos de voluntários em pequenas comunidades, treinados para atuação em prevenção de acidentes.
- ? Combater a pirataria fluvial, dotando a Polícia Civil de delegacia fluvial e a Polícia Militar de barcos para ronda nas localidades ribeirinhas.
- ? Implantar o Sistema de Policiamento Integrado do Estuário do Rio Amazonas, conjugando ações de todos os agentes com atuação na pesca, navegação, meio ambiente, proteção às comunidades ribeirinhas, etc., integrando ações de combate ao crime e contra a acidentalidade.
- ? Criar grupos especializados para combate ao crime organizado, fortalecendo especialmente as atividades de inteligência, armamento e mobilização, para pronta intervenção em qualquer região do Estado.
- ? Ampliar o Sistema de Policiamento Rodoviário Integrado, com a construção de postos nas regiões Nordeste e Sudoeste do Pará, para operação conjunta com outras entidades fiscalizadoras (de trânsito, transporte, meio ambiente e tributos).
- ? Criar Grupos de Ação Tática Integrada, envolvendo todos os órgãos policiais, para busca e desmonte de quadrilhas de assaltantes.
- ? Instituir programa de controle sobre as gangues de jovens, mobilizando a sociedade para criação de espaços de convivência, engajamento dos jovens em programas de esportes radicais, formação de cooperativas de produção e de prestação de serviços, e da repressão às gangues armadas.
- ? Ampliar a atuação do projeto “Raízes”, com envolvimento dos governos municipais e da sociedade civil na articulação de ações voltadas para a garantia dos direitos civis das minorias étnicas ainda precariamente assistidas.
- ? Interiorizar e ampliar o raio de ação do Projeto Cidadania, que visa facilitar o acesso a documentos essenciais para o exercício da cidadania.
- ? Fortalecer as ações educativas e de repressão aos delitos de trânsito, visando a educação das mortes em acidentes.

8. FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

Promover o fortalecimento das instituições públicas e privadas no âmbito municipal, tendo em vista sua capacitação para desenvolver ações estratégicas de desenvolvimento local que tenham como foco a criação de novas oportunidades de trabalho e a melhoria dos serviços públicos.

- ? Incentivar e apoiar o surgimento de **agências regionais de desenvolvimento**, com pessoal qualificado para estabelecer interlocução com parceiros estratégicos e com os organismos oficiais de fomento e atuar na implantação de programas e projetos capazes de dinamizar a economia dos municípios, a

partir da identificação de suas potencialidades econômicas e condições de atratividade.

- ? Promover e estimular a realização de fóruns de discussões envolvendo governos municipais, associações de municípios, empreendedores locais, bancos, cooperativas e outros órgãos públicos, objetivando o estabelecimento de planos estratégicos de desenvolvimento regional/municipal, de acordo com as especificidades e potencialidades das micro-regiões do Estado.
- ? Consolidar o programa de modernização fazendária, como instrumento de expansão da arrecadação própria do Estado e de gestão fiscal.
- ? Intensificar a articulação entre os governos estadual e federal, visando a implantação do Fundo de Compensação aos estados que mais contribuem para o saldo positivo da balança de pagamentos brasileira.
- ? Implantar a Escola de Governo, com finalidade de capacitar agentes públicos estaduais para o desempenho de suas funções e para a formação de gestores em alta direção, diretamente ou em parcerias com outros entes públicos e privados.
- ? Criar e implantar o Fundo de Valorização do Servidor Público, constituído por recursos oriundos do acréscimo real da arrecadação estadual, a serem utilizados na promoção de benefícios indiretos aos servidores públicos estaduais.
- ? Implantar o sistema de avaliação por desempenho e resultados associado a um sistema de incentivos à efetividade na prestação dos serviços públicos.
- ? Apoiar a participação dos agentes públicos em programas de capacitação e pesquisas voltados para a administração pública, como bolsas de estudos e financiamento de pesquisas.
- ? Atualizar e manter o pagamento das progressões funcionais horizontais do grupo Magistério.
- ? Ampliar o programa de habitação para os agentes públicos, em especial os de menor renda.
- ? Ampliar os benefícios do Plano de Assistência à Saúde dos servidores públicos estaduais.